



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS  
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 16024.000783/2008-59  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 1801-001.968 – 1ª Turma Especial  
**Sessão de** 7 de maio de 2014  
**Matéria** IRPJ CSLL - COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS  
**Recorrente** SIDERURGICA JIMENEZ IND. E COM. LTDA  
**Recorrida** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

Ano-calendário: 2004

PREJUÍZO FISCAL. COMPENSAÇÃO.

A compensação de prejuízo fiscal de períodos anteriores não pode ultrapassar o valor apurado no SAPLI (sistema de acompanhamento de prejuízo, lucro inflacionário e base de cálculo negativa da CSLL).

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL**

Ano-calendário: 2004

BASES DE CÁLCULO NEGATIVA. COMPENSAÇÃO

A compensação de base de cálculo negativa da CSLL não pode ultrapassar o valor apurado no SAPLI (sistema de acompanhamento de prejuízo, lucro inflacionário e base de cálculo negativa da CSLL).

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Ano-calendário: 2004

DECADÊNCIA. IRPJ. CSLL.

O direito de a Fazenda Pública rever lançamento por homologação extinguir-se no prazo de 5 (cinco) anos contados do fato gerador, no caso de haver pagamento antecipado do tributo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que integram o presente julgado.

Maria De Lourdes Ramirez – Presidente

Neudson Cavalcante Albuquerque – Relator

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Maria De Lourdes Ramirez, Alexandre Fernandes Limiro, Cristiane Silva Costa, Neudson Cavalcante Albuquerque, Marcio Angelim Ovidio Silva e Leonardo Mendonça Marques.

## Relatório

SIDERÚRGICA JIMENEZ IND. E COM. LTDA, pessoa jurídica já qualificada nestes autos, inconformada com a decisão proferida no Acórdão nº 14-37.824, pela DRJ Ribeirão Preto, interpõe recurso voluntário a este Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, objetivando a reforma da decisão.

O processo trata de auto de infração (fls. 208/219) realizado para exigir crédito tributário de IRPJ relativo ao ano 2001, no valor de R\$ 60.879,62, além de juros de mora no valor de R\$ 42.609,64. Os valores foram lançados já com a sua exigibilidade suspensa, em razão da existência de medida judicial.

O processo trata de dois autos de infração realizados para exigir créditos tributários relativos aos anos 2005, 2006 e 2007, conforme os valores contidos na tabela seguinte:

TRIBUTO	PRINCIPAL	JUROS DE MORA	MULTA DE OFÍCIO (75%)	TOTAL	FLS.
IRPJ	51.509,30	25.785,55	38.631,97	115.926,82	210
CSLL	4.388,72	2.196,99	3.291,54	9.877,25	216

Os lançamentos foram realizados em razão de ter sido constatada compensação indevida de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL no ano 2004, considerando que os valores compensados na DIPJ ultrapassam o saldo compensável dos exercícios anteriores.

Cientificado das autuações, o contribuinte ingressou com as respectivas impugnações, juntadas às fls. 227/234 e fls. 246/253, em que traz os seguintes argumentos:

- 1) Ocorreu a decadência do direito de constituir o crédito tributário tendo como base valores originados em exercícios decaídos, ou seja, 1998, 1999 e 2000;

2) O art. 251 do RIR, de 1999, determina que todas as pessoas jurídicas sujeitas à tributação pelo lucro real deverão comprová-lo por meio de escrituração do livro Diário e as Leis nº 8.383, de 1991, e nº 8.541, de 1992, determinam que os balanços e balancetes devem ser levantados com observância das leis comerciais e transcritos no citado livro (se balancete transcrita no Lalur). Além disso, o art. 9º, § 1º do Decreto-lei nº 1.598, reproduzido pelo art. 923 do RIR, de 1999, dispõe que a escrituração mantida com observância das disposições legais faz prova, a favor do contribuinte, dos fatos nela registrados e comprovados por documentos hábeis. Dessa forma, o autuante, em observância ao princípio da verdade material, sendo informado das falhas contábeis existentes, mas corrigidas em tempo hábil, não poderia deixar de diligenciar para apurar o lucro tributável.

A Delegacia de Julgamento considerou procedentes os lançamentos, emanando assim a sua decisão:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA – IRPJ*

*Ano-calendário: 2004*

*COMPENSAÇÃO A MAIOR DO SALDO DE PREJUÍZOS FISCAIS.*

*Mantém-se o lançamento se não comprovada a existência de saldo de prejuízos fiscais em valor suficiente para amparar a compensação pleiteada na declaração de rendimentos.*

*ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL*

*Ano-calendário: 2004*

*COMPENSAÇÃO A MAIOR DO SALDO DE BASES DE CÁLCULO NEGATIVAS.*

*Mantém-se o lançamento se não comprovada a existência de saldo de bases de cálculo negativas da CSLL em valor suficiente para amparar a compensação pleiteada na declaração de rendimentos.*

*ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO*

*Ano-calendário: 2004*

*DECADÊNCIA. IRPJ. CSLL.*

*O direito de a Fazenda Pública rever lançamento por homologação extingue-se no prazo de 5 (cinco) anos contados do fato gerador, no caso de haver pagamento antecipado do tributo.*

Cientificado dessa decisão em 13/06/2012 (fl. 293), o contribuinte interpôs o presente Recurso Voluntário em 13/07/2012 (fls. 297/300), quando apresenta os seguintes argumentos:

- 1) Os lançamentos realizados estão exigindo tributo com base em fatos geradores consumados há mais de cinco anos, estando portanto fulminados pela decadência, conforme o art. 150, §4º do CTN. Não está correta a decisão recorrida quando afastou a incidência do referido art. 150, para adotar o art. 173, I, do mesmo Código. Também erra a decisão recorrida quando considera a data do pagamento como termo inicial da decadência, uma vez que o §4º do artigo 150 do CTN é explícito ao indicar a data do fato gerador como termo inicial. Ademais, não se pode adotar a data do pagamento como termo inicial quanto o pagamento não era exigível, em razão da existência de saldo credor a data dos fatos geradores;
- 2) em sede de impugnação, foram juntados aos autos completos e extensos mapas e levantamentos fiscais e contábeis, cópias das PERDCOMPs e documentos correlatos, assinados por auditor contábil, além do que, expressamente, franqueou à fiscalização seus livros Diário e respectivos documentos fiscais e contábeis relativos ao período fiscalizado. Assim, era dever legal e funcional da autoridade julgadora *a quo* a determinação de diligências, para comprovar as razões argüidas desde o início nestes autos. Não o fazendo, feriu mortalmente os sagrados direitos constitucionais de ampla defesa, razão da nulidade da decisão proferida;
- 3) no mérito, afirma que a decisão recorrida não atendeu ao princípio da verdade material, julgando contra as provas dos autos, conforme o seguinte excerto:

*Em que pese o respeito que se faz merecedor o D. Analista e Revisor da PERDCOMP já referida, seu entendimento "data venia", confronta-se com os documentos e provas existentes nos autos, bem como as trazidas nas Impugnações e juntadas ao final daquela peça e outras juntadas na instrução do feito, as quais, em respeito ao princípio da verdade material que norteia o procedimento administrativo fiscal, devem ser reavaliadas pelo digno julgador fazendário.*

*Com efeito, ao ter ciência do procedimento fiscal em apreço, providenciou a contribuinte auditoria fiscal e contábil específica ao caso presente, cujas conclusões seguem em peças esclarecedoras subscritas pelo auditor responsável, juntadas e anexadas à presente manifestação, isto tudo sem prejuízo da farta documentação representada pelas cópias da Perd/Comps também anexadas final desta peça.*

*Destarte, não há como prosperar a exigência fiscal tão logo verifique e constate o D. Julgador Tributário a veracidade do crédito pleiteado, vez que a busca pela verdade material é princípio de observância indeclinável da Administração tributária no âmbito de suas atividades, em quaisquer instâncias ou tribunais.*

*Logo, deve fiscalizar em busca da verdade material; deve apurar e lançar com base na verdade material Aliás, neste sentido a decisão estampada no V. Acórdão N° 103.19.789 - DOU.*

Documento assinado digitalmente conforme 29.01.199, do 1º Cons. Contribuintes.

Autenticado digitalmente em 01/06/2014 por NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE, Assinado digitalmente em 01/06/2014 por NEUDSON CAVALCANTE ALBUQUERQUE, Assinado digitalmente em 03/06/2014 por MARIA DE LOURDES RAMIREZ

Impresso em 10/06/2014 por RECEITA FEDERAL - PARA USO DO SISTEMA

É o relatório

## Voto

Conselheiro Neudson Cavalcante Albuquerque, Relator.

O recurso voluntário apresentado atende aos pressupostos de admissibilidade, sendo digno de conhecimento.

### DECADÊNCIA

Os lançamentos em análise foram realizados para exigir IRPJ e CSLL resultantes da glosa de prejuízos compensados indevidamente quando da apuração ao final do ano 2004, ou seja, tributos com fatos geradores em 31/12/2004 (fls. 208/219). Por outro lado, a ciencia dos referidos lançamentos ocorreu em 16/10/2008 (fl. 224), portanto, menos de quatro anos após o fato gerador.

Portanto, não há que se falar em decadência, seja pela regra contida no art. 150, §4º, seja pela regra do art. 173, I, ambas do CTN.

### DIREITO DE DEFESA

O recorrente afirma que a autoridade julgadora *a quo* tinha o dever de realizar diligência com a finalidade de apreciar a farta documentação por ele juntada em sede de impugnação. Todavia, compulsando os autos, verifica-se que a alegada documentação restringe-se a dois demonstrativos do resultado do exercício (1998 e 1999), conforme fls. 265/280.

Ademais, segundo o artigo 18 do Decreto nº 70.235, de 1972, a diligência é faculdade da autoridade julgadora, que a determinará quando entender necessária<sup>1</sup>.

Portanto, na espécie, não há que se falar em cerceamento da defesa pela não realização de diligência, seja porque esta não é imposição legal, seja em razão da simplicidade da documentação acostada após a realização dos lançamentos.

### JULGAMENTO CONTRÁRIO AOS AUTOS

O recorrente afirma que a autoridade julgadora *a quo* prolatou decisão contrária aos autos, citando uma suposta auditoria fiscal e contábil específica ao caso presente e cópias de Perd/Comps.

Todavia, tais documentos não podem ser encontrados nos autos. Frise-se que a presente lide não possui qualquer relação com compensações via PER/DCOMP, uma vez que a compensação de prejuízos acumulados se dá dentro do procedimento de apuração anual dos tributos, utilizando-se como instrumento o SAPLI (sistema de acompanhamento de prejuízo,

<sup>1</sup> Art. 18. A autoridade julgadora de primeira instância determinará, de ofício ou a requerimento do impugnante, a realização de diligências ou perícias, quando entendê-las necessárias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis, observando o disposto no art. 28, in fine.

lucro inflacionário e base de cálculo negativa da CSLL), conforme claramente demonstrado pela autoridade lançadora.

Verifica-se que os lançamentos, assim como o julgamento em primeira instância, são coerentes com a documentação que instrui o presente processo, não possuindo qualquer fundamentação fática a argumentação do recorrente.

#### CONCLUSÃO

Diante do exposto, voto por negar provimento ao recurso voluntário.

Neudson Cavalcante Albuquerque  
(documento assinado digitalmente)